

O uso da literatura infanto-juvenil de pepetela para consciência e superação do colonialismo e racismo

Márcio Mucedula Aguiar *

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o uso da literatura africana de países de língua portuguesa para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas para superação do racismo e preconceito presente no imaginário escolar. Para tanto, analisa uma das obras infanto-juvenis de Pepetela a partir da contribuição crítica de Franz Fanon e Guerreiro Ramos, que refletiram sobre o imaginário racista presente nas sociedades pós-coloniais. O uso dessa literatura constitui em instrumento privilegiado para o conhecimento da história da luta dos povos negros contra opressão e racismo fruto do colonialismo, experiência comum entre o Brasil e países africanos oprimidos pela dominação colonial portuguesa.

Palavras-chave: Antirracismo; Literatura; Educação.

Abstract: This article intends to discuss the use of Lusophone African Literature for building of pedagogical strategies that seek to overcome racism and other prejudices in the current schools' imaginary. To do so I have analyzed Pepetela's "*Ngunga's Adventures: A Story of Angola*" from the perspective of Franz Fanon and Guerreiro Ramos, which reflect on the racist imaginary in post-colonial societies. In my opinion, the use of this work is a privileged way of recognizing the History of Black People's fights against colonialist oppression and racism, whose experiences have unfortunately left scars in countries oppressed by Portuguese colonial domination.

Key words: Anti-racism; Literature; Education.



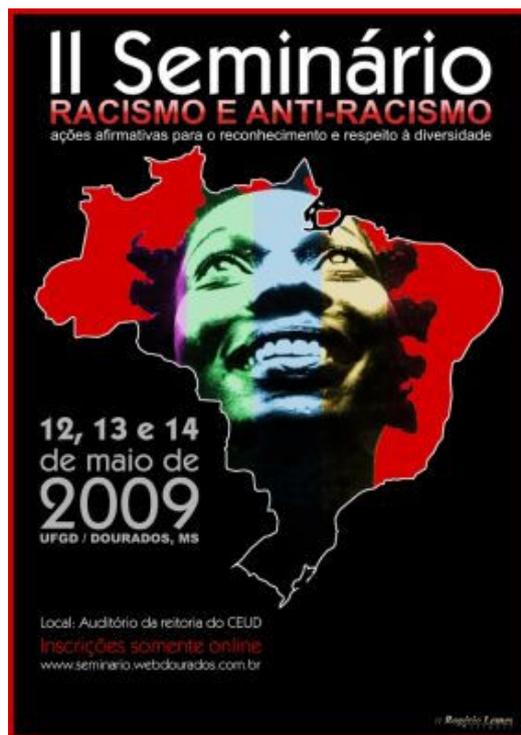
MÁRCIO MUCEDULA AGUIAR é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), com área de concentração em Relações Sociais, Poder e Cultura, defendido em 2005; Professor Adjunto do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). **Chefe do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFGD entre 2009 e 2011.**

Introdução

Na virada para o século XXI, a agenda antirracista se pautou na busca de mecanismos mais eficazes no combate ao racismo e à discriminação contra as populações negras no Brasil. Cada vez mais cresce o número de universidades que adotam ações afirmativas, com o objetivo de incluir populações que historicamente estiveram pouco representadas nos bancos universitários. Dentre os vários critérios utilizados na seleção de seus alunos, leva-se em consideração a condição étnico-racial. Tais medidas objetivam aumentar a representatividade desses grupos nos espaços acadêmicos e promover grupos que historicamente foram vítimas da discriminação e racismo.

Nessa tendência de conquistas de direitos e espaços de formação e expressão, observa-se um esforço no sentido de modificar os currículos de licenciaturas, de modo a possibilitar aos futuros professores trabalharem de forma mais adequada com a diversidade étnico-racial no ensino básico. Esse esforço também se deve à implantação da Lei 11.645/08, que dispõe sobre o ensino de *História da África, Cultura Afro-brasileira e Indígena*.

Levando em conta tal cenário legal, social e institucional, penso que uma das possibilidades para o desenvolvimento de novas estratégias pedagógicas para o combate do racismo e discriminação é o uso da literatura



africana de países de língua portuguesa. No caso aqui tratado, refiro-me à obra de Pepetela, *As Aventuras de Ngunga*. O uso dessa literatura é importante como estratégia para a sensibilização de interesse pela história das lutas de libertação desses povos, que têm em comum com o Brasil, além do passado colonial, a persistência de valores estéticos e culturais marcados pelo eurocentrismo e racismo.

Na literatura angolana, o colonialismo, as lutas pela independência e os problemas internos oriundos das guerras civis são temáticas recorrentes. Com a liberdade conquistada, seria fundamental na constituição da nova nação angolana ensinar as crianças e jovens como ocorreu esse processo. Assim, um dos objetivos fundamentais dessa literatura seria a reflexão sobre os problemas sociopolíticos, culturais e comportamentais vivenciados por Angola durante e depois da descolonização.

Neste ensaio, será analisado como essas características, presentes na literatura de Pepetela, em especial em *As Aventuras de Ngunga*, podem ser utilizadas para a superação de um imaginário racista e eurocêntrico que caracteriza as sociedades pós-coloniais oriundas da dominação portuguesa. Tanto no Brasil quanto em Angola existe um esforço na superação dos resquícios do colonialismo, do preconceito e do racismo presentes nas suas culturas.

Este colonialismo ainda hoje se manifesta nas representações autodepreciativas associadas aos povos negros e indígenas que formaram essas nações. Para uma melhor compreensão desse esforço, será necessário também recorrer às reflexões de Franz Fanon e Guerreiro Ramos.

Ngunga como alegoria da Jovem Nação Angolana

A obra *As aventuras de Ngunga* narra a história de um adolescente de treze anos que perdeu seus pais na guerra de independência de Angola. Além de não ter família, Ngunga vive sem lugar fixo, vagando pelas aldeias, e engaja-se no esforço de luta pela independência. O verdadeiro sentido de sua jornada era a compreensão de sua dignidade humana. (SALLES MONIZ, 2007: 48) Não por acaso, os personagens mais importantes na construção dos ideais de Ngunga têm nomes que expressam valores coletivos:

Nossa luta acolhe e cuida de Ngunga após a morte de seus pais. Este nome também poderia ser interpretado como símbolo do esforço coletivo da nação pela independência. A luta pela independência teria papel fundamental no desenvolvimento da nação angolana. A relação entre Ngunga e Nossa Luta é o símbolo da formação de uma nova nação. Uma nação que se forma na luta, na resistência contra a opressão do sistema colonial. Uma nação tão jovem quanto Ngunga. (PEPETELA, 1976: 37)

Um personagem que tem importância na formação do caráter de Ngunga é o Professor União. Ao descrever o Professor União, Pepetela destaca que, no tempo do colonialismo, não havia escola e raros eram os homens que podiam ler e escrever. Esse Professor havia sido enviado pelo Movimento de Libertação para ensinar as populações

do interior, pois a escola seria um grande emblema de vitória contra o colonialismo (PEPETELA, 1976: 53). Na trama das aventuras, a superação do colonialismo só será possível através da luta, unidade e educação. Nenhum processo de emancipação ocorreria sem o desenvolvimento da autoconsciência de um povo. A educação seria a grande chave de êxito desse processo, pois não haveria emancipação autoconsciente do indivíduo/Nação sem o conhecimento da história e das formas de dominação impostas pelo colonialismo:

Sim, se soubesse escrever, podia meter um bilhetinho na cela de União e combinar, juntos, a fuga. Mas pouco se interessa por aprender, só gostava mesmo de passear. Pela primeira vez, Ngunga deu razão ao professor, *que lhe dizia que um homem só pode ser livre se deixar de ser ignorante*. Agora era tarde. Tinha de preparar tudo sozinho. (PEPETELA, 1976: 80) (*Grifo meu*)

A dialética da imposição cultural do colonialismo

Franz Fanon foi um dos primeiros autores a apontar o colonialismo como uma forma de imposição cultural (MIKOLCI, 2010:56). Em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Fanon mostra as consequências psíquicas desta imposição na formação da personalidade dos negros. Como psicanalista, ele trabalha com a categoria de *inconsciente coletivo* de Yung. Segundo Fanon, o *inconsciente coletivo* dos povos colonizados é marcado por uma visão eurocêntrica. Tal visão se expressa no conjunto de estereótipos e preconceitos que marcam a visão sobre o negro. Visão que não afeta somente os negros, mas também faz parte da crença na superioridade que os povos europeus nutrem de si mesmos. O conjunto de valores e

representações associados aos negros produz uma sociedade que inferioriza os negros e supervaloriza a herança europeia. Tal análise pode ser utilizada tanto para pensar a realidade angolana quanto a brasileira.

Outra categoria importante para se pensar as formas de opressão do colonialismo é a categoria de *reconhecimento*. O reconhecimento pode ser caracterizado como um conjunto de representações e valores associados aos grupos sociais. A luta pelo reconhecimento é vital aos grupos que compõem a sociedade. Charles Taylor aponta que uma das principais formas de opressão das minorias raciais ou de gênero é a ausência de reconhecimento, ou o falso reconhecimento.

O *falso reconhecimento* se expressa num conjunto de representações depreciativas dos povos negros para justificar a dominação europeia. O indivíduo ou grupo pode sofrer verdadeiro dano, se as pessoas ou grupos sociais que o cercam têm uma visão degradante do mesmo (TAYLOR, 1994:45). Para Taylor, o processo de formação da identidade de uma pessoa é dialógico. Ou seja, a identidade de um grupo se forma em interação com outros grupos. Para subjugar os povos negros, era necessária a imposição de uma representação negativa dos negros em oposição aos colonizadores.

Para Fanon, o *inconsciente coletivo* europeu associa os negros aos instintos e desejos. Daí, ao serem figurados estritamente em plano biológico, ou estereotipados em plano genital, os negros eram figurados como uma alucinante ameaça e potência sexual. Por antonomásia, os europeus eram associados a um êxito racional e intelectual que cobrava um refreamento da potência sexual, o que criava o

pânico da elite masculina branca em relação ao fascínio sexual do *branco menos racional* (a mulher e o pobre iletrado) pela *lascívia negra*. Na interpretação de Fanon, o branco “civilizado” guardaria a nostalgia irracional dos tempos da licença sexual irrestrita, projetando nos negros essas características e se comportando como se elas realmente fossem reais. Resumidamente, os negros representariam a fobia do branco civilizado em relação ao fator biológico nele mesmo contido (FANON, 2008:143).

Nas escolas, ainda hoje, uma das formas mais comuns de destratar as crianças negras é xingá-las de *macacas*, ou seja, uma alusão ao animalesco; além disso, há outra armadilha simbólica: associar fascínio, êxito, superioridade sexual (ou em determinadas categorias esportivas) ao fenótipo negro. Ultimamente, houve vários casos de jogadores negros em que as torcidas “jogaram” bananas nos campos para caracterizá-los como *macacos*. Se educação leva à emancipação, a autoconsciência exige a superação deste imaginário, que Fanon caracteriza como o “mundo dos brancos”. Em *As aventuras de Ngunga*, o cozinheiro do exército dos colonizadores assim se expressa sobre os que lutam pela independência: “*Vocês julgam que vão ser independentes – dizia ele. – Estúpidos! Se não fossem os brancos, nós nem conhecíamos a luz eléctrica. Já tinhas visto a luz eléctrica e os carros, seu burro, para andares nu e subir nas árvores?*” (PEPETELA, 1976: 78)

No Brasil da década de 1950, o projeto de criação de uma sociologia crítica de Guerreiro Ramos apontava para a necessidade de revisar os paradigmas da produção sociológica e antropológica sobre o negro, que incorporava a

brancura como critério de estética social. Para tanto, em vez de tratar o negro como “objeto” exótico de estudo, Guerreiro Ramos pretendeu abordar o negro enquanto “vida”. Tal expressão visava a demonstrar o povo negro como ator de seu destino histórico, como agente que luta contra a opressão (RAMOS, 1957: 171).

Para Guerreiro Ramos, a associação dos negros ao exótico e ao folclórico era um dos sintomas do autodesprezo e de inconsciente subserviência aos padrões estéticos europeus (RAMOS, 1957: 195). Em *As aventuras de Ngunga*, por exemplo, observamos que o cozinheiro, ao comentar sobre a “luz eléctrica”, faz a associação entre “civilização”, “colonização” e “brancura”. Como “luz eléctrica” e “carros” exigem o domínio da ciência e tecnologia, jamais poderiam ser obras dos povos colonizados. Trata-se de uma dádiva do colonizador. Afinal nem “carros” nem “luz eléctrica” seriam necessários para os negros quando andavam nus e subiam em árvores (*Apud*: PEPETELA, 1976: 78).

Portanto, podemos perceber que tanto Fanon quanto Guerreiro Ramos entendem o colonialismo como uma forma de imposição cultural que tem consequências na formação de uma psicologia coletiva marcada pela *autodepreciação*, *dependência* ou, nos termos de Taylor, pela *ausência de reconhecimento*. Um aspecto interessante entre Fanon e Guerreiro Ramos é demonstrar, em chave hegeliana, que a dialética da imposição cultural também afetava os brancos.

No “mundo dos brancos”, era comum que mesmo aqueles considerados mestiços ou mulatos, que eram descendentes dos povos negros, não assumissem tal ancestralidade. Guerreiro Ramos observa que,

considerando a intensa miscigenação existente no Brasil, era de se esperar que a quantidade de negros fosse muito maior do que aquela que se apresentava nos censos demográficos das décadas de 1940 e 1950, mas o contrário disso era declarado, o que demonstraria a patologia social do branco brasileiro, que nega sua ascendência negra devido à sua dependência psicológica dos centros europeus. Segundo Guerreiro Ramos, tais minorias de brancos letrados tiveram papel importante na criação do negro enquanto “objeto” e “problema” sociológico e antropológico (RAMOS, 1957: 191-192).

Ao se observar os argumentos contrários à existência do racismo no Brasil, é recorrente a crença de que essa situação se deve à baixa autoestima dos povos negros, que não se assumem como tais. Tal crença transforma o “problema negro” em “problema de negros”, sem nenhuma menção aos benefícios que essas representações trazem àqueles que se identificam como brancos. Portanto, os padrões estéticos eurocêntricos afetam a configuração social que define princípios de distinção social baseados em identidades/identificações “branco” e “negro”.

Em *As aventuras de Ngunga*, ao fazer comentário depreciativo sobre os insurgentes, o cozinheiro deixou Ngunga sem palavras. A partir dessa situação é que ele passa a refletir sobre a possibilidade de libertação do professor União. Ngunga não tinha a mínima ideia de como iria libertar o professor União, mas essa situação o leva a perceber as consequências que a falta de letramento acarretavam na luta contra o colonialismo. Como era iletrado, qualquer forma de comunicação entre Ngunga e União era praticamente impossível. Portanto, a

alfabetização era a condição de possibilidade da comunicação entre ambos: “*Pela primeira vez, Ngunga deu razão ao professor, que lhe dizia que um homem só pode ser livre se deixar de ser ignorante. Agora era tarde. Tinha que preparar tudo sozinho*” (PEPETELA, 1976: 80).

Até a década de 1950, a teoria social anterior à crítica de Guerreiro Ramos partia do princípio de que a intensa miscigenação teria levado à democratização de nossas relações sociais. No entanto, como Guerreiro Ramos assinalou, a intensa miscigenação não fez desaparecer um forte imaginário que associa a beleza e o conhecimento/civilização aos povos europeus. Afinal, o ato de estereotipar não desaparece com a miscigenação, pois se trata de um processo ambivalente de projeção e introjeção de hábitos entre *atores assimétricos* (BHABHA, 2010:125-126).

Daí, não por acaso, pode ocorrer que, hoje, mesmo depois de duas décadas de revisão crítica, ainda podemos encontrar nos livros didáticos do Brasil situações paradoxais, tais como: a incorporação de crítica antirracista em seu plano de conteúdo (e do tema sobre a origem africana do Homo Sapiens), porém, ao representar didaticamente a evolução dos primatas na direção do Homo Sapiens, ainda são utilizadas imagens-canônicas que representam, ao final da escala, o homem branco, ou seja, quanto mais longe do “*animalesco irracional*” mais branco. Enfim, a jornada de **Ngunga** ainda está longe de ser concluída. A humanização exige resistência e reconhecimento das várias possibilidades de humanidade:

As pessoas de quem gostara e de quem não gostava vinham-lhe à lembrança: os pais, Mussango, Kafuxi, Imba, Nossa Luta,

Mavinga, Chivuala, União. Bons ou maus, todos tinham uma coisa boa: recusavam ser escravos, não aceitavam o padrão colonialista. Não eram os G.E. ou o cozinheiro da PIDE. Eram pessoas; os outros eram animais domésticos. (PEPETELA, 1976:89).

O questionamento da divisão hierárquica entre patrões e criados e da necessidade de maior justiça social mostra a existência de Ngunga em cada pessoa que luta contra a opressão. Ngunga e sua luta se tornam então universais. A luta contra o racismo e a discriminação não é uma luta apenas dos povos vítimas dessa situação, mas de todos que almejam uma sociedade mais justa e democrática.

Ensino no Brasil e a dialética da libertação colonial de Ngunga

Em **As aventuras de Ngunga**, a situação de União fez Ngunga perceber a necessidade do letramento para a superação da condição colonial. Mais do que isso, descobre que estudando seria mais útil ao movimento do que se estivesse no campo de batalha. A associação temática entre alfabetização e libertação da dominação colonial em **As aventuras de Ngunga**, através de um jovem protagonista negro que amadurece ou é despertado junto com seu país, torna este livro bastante inspirador para nossas crianças e jovens superarem a estética e as formas de distinção social do imaginário eurocêntrico, o que tem sido uma das grandes batalhas culturais travadas pelas sociedades pós-coloniais desde a década de 1950.

O Parecer CNE/CP 003/2004, que regulamenta a Lei 10.639/03, estabelece a obrigatoriedade do ensino da *História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica*. O Parecer deu ênfase à garantia do direito às histórias e

culturas que compõem as diferentes fontes da cultura nacional (GONÇALVES, 2006: 229) e estabelece parâmetros para a construção de uma nova educação, pautada no reconhecimento e respeito à contribuição dos povos africanos e indígenas na constituição da nação brasileira.

A literatura dos países africanos de língua portuguesa nos fornece elementos para o conhecimento da história da resistência contra o colonialismo. Esse colonialismo ainda existe nas concepções e representações existentes das/nas sociedades pós-coloniais sobre negros e indígenas. No caso brasileiro, esse imaginário ainda persiste, apesar das mudanças observadas e da luta do Movimento Negro. Ao se observar os padrões estéticos, os altos índices de pobreza e violência que sofrem as populações negras e indígenas, a necessidade de um esforço coletivo é notória para a construção de uma nação que respeite e reconheça a contribuição desses povos.

Em *As aventuras de Ngunga*, existe também o conflito interno de Ngunga entre os ideais da independência e o amor dedicado a Uassamba. Ngunga abdica do amor em nome da independência, pois os interesses coletivos são mais importantes do que os anseios pessoais. Numa época de individualismo e de esvaziamento da solidariedade como valor estruturante das relações interpessoais, a discussão em sala de aula dos valores despertados durante a jornada de Ngunga pode colaborar para a construção de uma sociedade democrática. A história do jovem Ngunga propicia, em escala universal, uma reflexão sobre a luta contra a opressão.

Tal luta não está circunscrita apenas aos povos vítimas do racismo e da

discriminação, mas também inclui a população branca. Na dialética hegeliana de Fanon, o “mundo dos brancos” só será superado através da autoconsciência, que entendo que pode ser despertada através do contato com a produção literária lusófona que tematiza, também como luta cultural, a luta política contra a opressão do colonialismo:

Na vida nem sempre se pode fazer aquilo que se deseja. Devemos saber sempre aquilo que somos capazes. E quando vemos que não conseguimos uma coisa que está acima de nossas forças, devemos resistir. Não é vergonha retirar se estamos sós contra vinte inimigos. Tu és muito novo. Queres lutar para melhorar a vida de todos. Para isso, tens de estudar. (PEPETELA, 1976: 118)

Considerações finais

A demanda por educação escolar como fator de libertação cultural vincula os povos coloniais à necessidade de equalização através da conquista, inclusão ou construção de um dispositivo institucional originalmente inventado pelo colonizador: a instituição estatal da educação escolar universal, cujo paradigma é a cultura escrita alfabética (algo originalmente não universal). Portanto, a libertação cultural da colonização através da educação escolar (agora uma meta universal), tal como figurada como tese na obra de Pepetela, é a própria síntese da dialética da colonização. Os desafios trazidos por tal dialética é um fator comum nas histórias coloniais africanas e brasileiras.

A luta contra o racismo e a discriminação exige o conhecimento da história e da luta dos povos negros a partir de uma perspectiva dialética, ou seja, não maniqueísta, pois as

identidades pós-coloniais são oriundas das relações assimétricas que configuraram todo o processo de colonização, das lutas contra a colonização e das revisões críticas de sua história. A literatura africana pode se constituir num excelente instrumento didático para essa discussão.

Tal literatura é importante para crianças negras e brancas: para as negras, porque podem se identificar com um herói que tem suas características e sofreu com o racismo, como muitas delas ainda sofrem, mas que caminha na direção de uma unidade que não pressupõe homogeneidade racial ou cultural, que associa diversidade e igualdade sem cair numa lógica de “guetos culturais” ou identidades essencializadas; para as brancas, porque o conhecimento da história da resistência dos povos coloniais e africanos possibilita revisar estereótipos e preconceitos que afetam tanto brancos quanto negros.

Construir uma sociedade democrática exige uma nova visão de humanidade que incorpore a diferença enquanto valor fundamental da coletividade. Repensar padrões estéticos, rediscutir a história dos povos africanos, rediscutir a herança africana na formação de nossa nação, tudo isso é fundamental para uma educação antirracista. As artes e a literatura africanas de países falantes de português possibilitam repensar estereótipos e, mais do que isso, mostrar a luta desses povos contra a opressão colonial como um processo dialético inacabado e – por que não? – de

responsabilidade de todos, com a consciência de que uma história marcada por relações assimétricas de poder envolve reponsabilidades históricas igualmente assimétricas.

Referências

- AGUIAR, Márcio Mucedula. **A especificidade da Ação Afirmativa no Brasil: o caso do Centro Nacional de Cidadania Negra em Uberaba – MG**. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2009.
- BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. PARECER CNE/CP 0003/2004. In: Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes Limitada, 1957.
- PEPETELA. **As Aventuras de Ngunga**. Lisboa: Edições 70, 1976.
- SECCO, Carmen LúciaTindó. (org.) **Entre Fábulas e Alegorias: ensaios sobre literatura infantil de Angola e Moçambique**. Rio de Janeiro: Quated: UFRJ, Centro de Letras e Artes, 2007.
- SALLES MONIZ, Fábio Frohwein de. Formação Moral do pioneiro e manutenção da utopia revolucionária: a literatura infanto-juvenil angolana de engajamento. In: SECCO, Carmen Lúcia Tindó. (org.) **Entre Fábulas e Alegorias: ensaios sobre literatura infantil de Angola e Moçambique**. Rio de Janeiro: Quated: UFRJ, Centro de Letras e Artes, 2007.